



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681462 - MT (2021/0227283-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : EDER JOSE ALVES
ADVOGADO : EDER JOSE ALVES - MT0247090
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : CASSIO ALESSANDRO CALCIOLARI (PRESO)
CORRÉU : EVERTON ALVES DE SOUZA
CORRÉU : GERALDINA BUTUCREUDO
INTERES. : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIO ALESSANDRO CALCIOLARI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO (*Habeas Corpus Criminal* n. 006879-91.2021.8.11.0000).

O paciente teve decretada a prisão preventiva pela prática, em tese, dos crimes capitulados no artigo 1º, I –B da Lei n. 9.455/97 e artigo 2º da Lei n. 12.850/2013.

O impetrante sustenta que o paciente é primário, tem bons antecedentes e possui residência fixa e vive sozinho com seus três filhos menores.

Pleiteia, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem. Subsidiariamente, requer seja aplicada qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque, do acórdão impugnado se extrai:

a teor do que preconiza o art. 282, §6º, do CPP, a necessidade da custódia provisória para garantia da ordem pública já pressupõe, essencialmente, a insuficiência de outras cautelares menos severas, mormente no caso em exame, em que identificada a gravidade concreta das condutas, a periculosidade social do agente e o fundado risco de reiteração delitiva, inferidos do histórico criminal desfavorável por ele ostentado.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência